



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Saúde
Diretoria Técnico Assistencial

TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETIVO

O presente Termo de Referência visa a aquisição de insumos específicos para o setor de quimioterapia para suprir à demanda da HEMORIO unidade sob gestão da Fundação Saúde por um período de 01 (um) ano, conforme descrito no item III deste TR.

Com a presente aquisição almeja-se alcançar a seguinte finalidade: manter a oferta da assistência aos usuários do SUS, no que tange à assistência nas unidades sob gestão da Fundação Saúde.

II – JUSTIFICATIVA

1. A Fundação Saúde é uma entidade pública, de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pela Lei Estadual nº 5.164/2007, alterada pela Lei Estadual nº 6.304/2012, que visa à gestão da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro. Por ser órgão integrante da administração pública indireta, está vinculada à Secretaria de Estado de Saúde e atua em consonância com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, conforme o contrato de gestão vigente.

2. Tem como objetivo institucional, dentre outros, "executar e prestar serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro" (<http://www.fs.rj.gov.br/fidelidade/wp-content/uploads/2013/03/Estatuto.pdf>).

3. A Fundação Saúde possui Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Saúde para o gerenciamento de diversas unidades de saúde públicas estaduais;

4. A Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro deve, portanto, manter o abastecimento regular dos insumos nas UNIDADES, visando evitar a interrupção de suas atividades;

5. Os itens do objeto desta aquisição são vitais para a assistência no HEMORIO. O desabastecimento dos itens gera paralisação nos procedimentos preciosos para a manutenção da vida dos pacientes em atendimento.

6. O Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcanti – HEMORIO – é o hemocentro coordenador da rede pública de hemoterapia e hematologia do Estado do Rio de Janeiro (Hemorrede), tendo como missão “Prestar assistência de qualidade em Hematologia e Hemoterapia à população e coordenar a Hemorrede do Estado”. É responsável pela coleta, processamento, testagem e distribuição de sangue e hemocomponentes para cerca de 200 serviços públicos de saúde.

Na área de assistência hematológica, presta atendimento a pacientes com doenças primárias do sangue tais como: hemofilias, anemias hereditárias (doença falciforme e as talassemias), leucemias, linfomas, mieloma múltiplo, síndromes mielodisplásicas, aplasia de medula óssea e outras.

A presente aquisição é necessária para provisão dos estoques de materiais médico hospitalares que serão utilizados na farmácia de manipulação de medicamentos e quimioterápicos, de acordo com as justificativas abaixo:

Item 1 - As Agulhas para Aspiração (Ponta Romba) são usadas para aspirar, preparar e reconstituir medicamentos. Substituem as agulhas trifacetadas tradicionais, reduzindo o risco de acidentes com perfurocortantes.

Item 2 – Tampa Luer Macho-Fêmea é indicada para vedar seringas, dispensando o uso de agulhas hipodérmicas para tal finalidade, reduzindo o risco biológico de contaminação por microrganismos e acidentes com perfurocortantes.

Itens 3, 4, 5, 6, e 7 - De acordo com a RESOLUÇÃO - RDC Nº 220, DE 21 DE SETEMBRO DE 2004 da ANVISA, que aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica, em seu ANEXO III, estabelece-se que os equipamentos de proteção individual (EPI) devem incluir luvas (tipo cirúrgica) de látex, punho longo, sem talco e estéreis.

Item 8 - Agulha Hipodérmica 40 x 16mm é indicada para a manipulação de soluções e medicamentos de grandes volumes.

Item 9 - Seringa luer lock de 1ml é indicada para manipulação de quimioterápicos de apresentações subcutâneas. Para volumes menores, essa apresentação de seringa possui maior precisão.

Item 10 – Dispositivo utilizado para retirar ou injetar drogas citotóxicas do frasco de medicamento ou recipientes semirrígidos. Protege o profissional de saúde, evitando a dispersão de aerossóis durante o preparo das medicações antineoplásicas. Além disso, reduz a contaminação química, microbiana e de partículas.

Item 11 - É necessário a utilização de equipos livres de PVC (PVC FREE) para a infusão de medicamentos incompatíveis com PVC, juntamente com uma bolsa também livre de PVC para infusão destes tais medicamentos, a fim de evitar a alteração e a inativação dos agentes farmacológicos dos medicamentos em específico.

Itens 12 - Bolsa plástica em EVA estéril está indicada para mistura e administração de soluções parenterais e nutrição parenteral, com capacidade de 500 ml.

Item 13 – Filtro 0,2 µM é indicado como barreira adicional para redução de riscos de complicações da terapia intravenosa, sendo de uso obrigatório para alguns medicamentos.

Item 14 - Seringa luer lock de 3 ml é indicada para manipulação de quimioterápicos de apresentações subcutâneas. Para volumes menores, essa apresentação de seringa possui maior precisão.

7. Os itens que se pretende adquirir são de natureza comum nos termos do inciso XIII do art.6 da Lei nº 14.133/2021.

8. Os materiais do objeto deste processo estão contidos na Grade de Materiais, anexa nalink:http://www.fundacaosaude.rj.gov.br/fidelidade/wpcontent/uploads/2015/07/Contrato_de_Gestao_02_2021_e_Anexos_I_ao_XXX-compactado.pdf

9. Informamos também, que a presente aquisição tem previsão no Plano de Contratações do Estado do Rio de Janeiro para 2024, acessado no endereço: <http://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga/Principal/planoAnual.action>. (<https://redelog.rj.gov.br/redelog/planode-contratacoes-anual/>)

10. Pelo caráter de essencialidade de tais materiais frente aos protocolos, indicações de uso, bem como a necessidade de garantir a assistência nas unidades sob gestão plena da FSERJ, se faz necessário manter o seu abastecimento regular, de forma a não haver interrupções dos tratamentos preconizados e protocolares aos pacientes em tratamento ambulatorial ou sob regime de internação.

11. Portanto e considerando:

- A essencialidade do abastecimento de tais materiais, não podendo, assim, ser descontinuado;
- A necessidade de manter a capacidade da assistência integral aos pacientes do SUS;
- A complexidade da engrenagem necessária ao pleno funcionamento da Unidade;

Conclui-se pela necessidade da aquisição dos insumos de grade geral pleiteados nesta oportunidade, objetivando a continuidade da assistência de forma a não ocorrer prejuízo a população assistida pela Unidade.

III – OBJETO DA AQUISIÇÃO:

O objeto está previsto no Plano de Contratações Anual da FSERJ e trata da aquisição de insumos para o setor de quimioterapia para suprir à demanda do HEMORIO unidade sob gestão da Fundação Saúde por um período de 01 (um) ano, de acordo com as especificações e quantidades constantes no quadro abaixo:

ITEM	ID	CÓDIGO SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MENSAL	QUANTITATIVO ANUAL
1	(ID - 189312)	65155900011	AGULHA HIPODERMICA,MATERIAL: ACO INOX, ACABAMENTO: PARA ASPIRACAO, PONTA ROMBA, CALIBRE: 25 X 1,20 MM, COMPRIMENTO: 25 MM, BISEL: SIMPLES, CANHAO: POLIPROPILENO RESISTENTE, COR CANHAO: VERMELHO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	600	7200

2	(ID - 185582)	65172710009	TAMPA OCLUSOR INTRA VENOSO, CONEXAO: MACHO/FEMEA, LUER LOCK, APLICACAO: VEDACAO DE SERINGA, MATERIAL: POLIETILENO, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO, COR: VERMELHO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	500	6000
3	(ID - 185479)	65320060130	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 6,5, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR	UN	150	1800
4	(ID - 185480)	65320060131	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 7,0, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR	UN	150	1800
5	(ID - 185481)	65320060132	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 7,5, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR	UN	100	1200

6	(ID - 185482)	65320060133	<p>LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 8,0, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p>	UN	50	600
7	(ID - 185483)	65320060134	<p>LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 8,5, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p>	UN	25	300
8	(ID - 189311)	65155900010	<p>AGULHA HIPODERMICA, MATERIAL: ACO INOX, ACABAMENTO: N/A, CALIBRE: 16 G X 11/2'', COMPRIMENTO: 1,6 X 40 MM, BISEL: SIMPLES, CANHAO: PLASTICO RESISTENTE, COR CANHAO: BRANCO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE</p>	UN	600	7200
9	(ID - 167687)	65155910044	<p>SERINGA HIPODERMICA PADRONIZADA, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ESTERIL, TIPO BICO: CENTRAL LUER LOCK, CAPACIDADE: 1 ML, GRADUACAO MAXIMA: NUMERADA NORMAS ABNT, EMBOLO: ROLHA EM BORRACHA, SILICONIZADO, LUBRIFICADO, LIVRE DE LATEX, AGULHA: SEM MATERIAL PONTA: SEM PROTETOR PLASTICO DESCARTAVEL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE</p>	UN	800	9600

10	(ID - 153264)	65155760001	DISPOSITIVO PREPARO E ASPIRACAO SOLUCOES CITOSTATICAS,MATERIAL: PVC ISENTO DE LATEX E DEHP, TAMPA: PRESSAO COM VEDACAO, TAXA FLUXO: ALTA, FILTRO FLUIDO: 5 µm, FILTRO AR: 0,2 µm, COMPONENTES: PINO DISPENSADOR LIVRE AGULHAS, ESPIGAO UNIVERSAL PARA FRASCO MEDICACAO, APLICACAO: SEGURANCA OCUPACIONAL PARA FILTRACAO DE AEROSSOL QUIMICO, MICROBIANO E DE MATERIAL PARTICULADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	140	1680
11	(ID - 150163)	65154150031	EQUIPO BOMBA INFUSORA,APLICACAO: EQUIPO BOMBA PARA INFUSAO PARENTERAL, PONTA PERFURANTE PADRAO ISO COM PROTETOR E ENTRADA DE AR, MATERIAL TUBO: TUBO CRISTAL FLEXIVEL ISENTO DE PVC E LATEX (DEHP FREE), COR TUBO: TRANSPARENTE, COMPRIMENTO: 270 CM, VOLUME INTERNO DE 25ML, TIPO CAMARA GOTEJADORA: CAMARA GOTEJADORA TRANSPARENTE FLEXIVEL, CARACTERISTICA CAMARA: COM FILTRO DE 15 MICRAS, TIPO CONEXAO: TERMINAL CONECTOR TIPO LUER LOCK COM TAMPA PROTETORA, CONTROLADOR FLUXO: PINCA ROLETE COM CORTA FLUXO, SEGUIMENTO EM SILICONE GRAU MEDICO PARA INSTALACAO SOBRE O SISTEMA PERISTALTICO LINEAR DA BOMBA INFUSORA, SAFE CLIP (CONTRA VAZAO LIVRE), ACESSORIO: INJETOR LATERAL LUER LOCK MACHO NEEDLE FREE(SEM AGULHA), ESTERIL, USO UNICO, APIROGENICO, ATOXICO, FLEXIVEL E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	20	240

12	(ID - 187452)	65150360007	BOLSA VAZIA PARA ADMINISTRACAO NUTRICAO, APLICACAO: SOLUCAO PARENTERAL, MATERIAL: ETILENO ACETATO VINILA, CAPACIDADE: 500 ML, EQUIPO: SEM EQUIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Especificação complementar: BOLSA VAZIA PARA ACONDICIONAMENTO DE SOLUÇÃO PARENTERAL EM EVA (ETILVINILACETATO E/ OU MATERIAL SIMILAR - BOLSA COM VOLUME 500 ML, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, PROTETORES, TUBOS DE CONEXÃO, INJETOR LATERAL AUTO-CICATRIZANTE, PINÇA CLAMP, SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA	UN	28	84
13	(ID - 185971)	65154560002	FILTRO DE INFUSAO, MATERIAL: APIROGENICO, USO: SOLUCOES INTRAVENOSAS, TIPO: FILTRO ABSOLUTO 0,2 µM, ESTERILIZACAO: DESCARTAVEIS, ESTERIL, APRESENTACAO: CONEXAO LUER, DISPENSA USO DE AGULHAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	20	240
14	(ID - 166309)	65155910033	SERINGA HIPODERMICA PADRONIZADA, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ESTERIL, TIPO BICO: CENTRAL LUER LOCK, CAPACIDADE: 3 ML, GRADUACAO MAXIMA: NUMERADA NORMAS ABNT, EMBOLO: ROLHA EM BORRACHA, SILICONIZADO, LUBRIFICADO, LIVRE DE LATEX, AGULHA: SEM, MATERIAL PONTA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	1200	14400

2. O objeto a ser contratado é comum, encontrando padronização no mercado.

3. A descrição dos itens não restringe o universo de competidores.

4. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) da Fundação Saúde, disponível no endereço eletrônico (<https://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga/Principal/planoAnual.action>), o qual segue em constante atualização por parte da SEPLAG.

IV – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA REQUERIDA

Para atender a demanda da unidade foi estimado o consumo médio mensal dos itens com base no histórico de manipulações de bolsas/seringas para quimioterapia, consumo de medicamentos e conforme a Resolução da ANVISA - RDC Nº 220/2004, de acordo com o informado pela Direção das Unidades através do documento 82123260.

Quantitativo de insumo por unidade:

ITEM	ID	CÓDIGO SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MENSAL	QUANTITATIVO ANUAL
1	(ID - 189312)	65155900011	AGULHA HIPODERMICA,MATERIAL: ACO INOX, ACABAMENTO: PARA ASPIRACAO, PONTA ROMBA, CALIBRE: 25 X 1,20 MM, COMPRIMENTO: 25 MM, BISEL: SIMPLES, CANHAO: POLIPROPILENO RESISTENTE, COR CANHAO: VERMELHO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	600	7200
2	(ID - 185582)	65172710009	TAMPA OCLUSOR INTRA VENOSO,CONEXAO: MACHO/FEMEA, LUER LOCK, APLICACAO: VEDACAO DE SERINGA, MATERIAL: POLIETILENO, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO, COR: VERMELHO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	500	6000
3	(ID - 185479)	65320060130	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL,TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 6,5, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR	UN	150	1800
4	(ID - 185480)	65320060131	LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL,TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 7,0, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR	UN	150	1800

5	(ID - 185481)	65320060132	<p>LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 7,5, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p>	UN	100	1200
6	(ID - 185482)	65320060133	<p>LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 8,0, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p>	UN	50	600
7	(ID - 185483)	65320060134	<p>LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: ESTERIL, ATOXICA E APIROGENICA, COR: NATURAL, MATERIAL: LATEX, TIPO ESTERILIZACAO: RADIACAO IONIZANTE, DESENHO: ANATOMICO, ACABAMENTO: TEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, TAMANHO: 8,5, ESPESSURA: MINIMO DE 0,10MM, COMPRIMENTO PUNHO: MINIMO DE 260 MM, LUBRIFICACAO: SEM PO, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p>	UN	25	300
8	(ID - 189311)	65155900010	<p>AGULHA HIPODERMICA, MATERIAL: ACO INOX, ACABAMENTO: N/A, CALIBRE: 16 G X 11/2'', COMPRIMENTO: 1,6 X 40 MM, BISEL: SIMPLES, CANHAO: PLASTICO RESISTENTE, COR CANHAO: BRANCO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE</p>	UN	600	7200

9	(ID - 167687)	65155910044	SERINGA HIPODERMICA PADRONIZADA, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ESTERIL, TIPO BICO: CENTRAL LUER LOCK, CAPACIDADE: 1 ML, GRADUACAO MAXIMA: NUMERADA NORMAS ABNT, EMBOLO: ROLHA EM BORRACHA, SILICONIZADO, LUBRIFICADO, LIVRE DE LATEX, AGULHA: SEM, MATERIAL PONTA: SEM PROTETOR PLASTICO DESCARTAVEL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	800	9600
10	(ID - 153264)	65155760001	DISPOSITIVO PREPARO E ASPIRACAO SOLUCOES CITOSTATICAS, MATERIAL: PVC ISENTO DE LATEX E DEHP, TAMPA: PRESSAO COM VEDACAO, TAXA FLUXO: ALTA, FILTRO FLUIDO: 5 µm, FILTRO AR: 0,2 µm, COMPONENTES: PINO DISPENSADOR LIVRE AGULHAS, ESPIGAO UNIVERSAL PARA FRASCO MEDICACAO, APLICACAO: SEGURANCA OCUPACIONAL PARA FILTRACAO DE AEROSSOL QUIMICO, MICROBIANO E DE MATERIAL PARTICULADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	140	1680

11	(ID - 150163)	65154150031	<p>EQUIPO BOMBA INFUSORA, APLICACAO: EQUIPO BOMBA PARA INFUSAO PARENTERAL, PONTA PERFURANTE PADRAO ISO COM PROTETOR E ENTRADA DE AR, MATERIAL TUBO: TUBO CRISTAL FLEXIVEL ISENTO DE PVC E LATEX (DEHP FREE), COR TUBO: TRANSPARENTE, COMPRIMENTO: 270 CM, VOLUME INTERNO DE 25ML, TIPO CAMARA GOTEJADORA: CAMARA GOTEJADORA TRANSPARENTE FLEXIVEL, CARACTERISTICA CAMARA: COM FILTRO DE 15 MICRAS, TIPO CONEXAO: TERMINAL CONECTOR TIPO LUER LOCK COM TAMPA PROTETORA, CONTROLADOR FLUXO: PINÇA ROLETE COM CORTA FLUXO, SEGUIMENTO EM SILICONE GRAU MEDICO PARA INSTALACAO SOBRE O SISTEMA PERISTALTICO LINEAR DA BOMBA INFUSORA, SAFE CLIP (CONTRA VAZAO LIVRE), ACESSORIO: INJETOR LATERAL LUER LOCK MACHO NEEDLE FREE(SEM AGULHA), ESTERIL, USO UNICO, APIROGENICO, ATOXICO, FLEXIVEL E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE</p>	UN	20	240
12	(ID - 187452)	65150360007	<p>BOLSA VAZIA PARA ADMINISTRACAO NUTRICAO, APLICACAO: SOLUCAO PARENTERAL, MATERIAL: ETILENO ACETATO VINILA, CAPACIDADE: 500 ML, EQUIPO: SEM EQUIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Especificação complementar: BOLSA VAZIA PARA ACONDICIONAMENTO DE SOLUÇÃO PARENTERAL EM EVA (ETILVINILACETATO E/ OU MATERIAL SIMILAR - BOLSA COM VOLUME 500 ML, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, PROTETORES, TUBOS DE CONEXÃO, INJETOR LATERAL AUTO-CICATRIZANTE, PINÇA CLAMP, SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICA</p>	UN	28	84

13	(ID - 185971)	65154560002	FILTRO DE INFUSAO, MATERIAL: APIROGENICO, USO: SOLUCOES INTRAVENOSAS, TIPO: FILTRO ABSOLUTO 0,2 µM, ESTERILIZACAO: DESCARTAVEIS, ESTERIL, APRESENTACAO: CONEXAO LUER, DISPENSA USO DE AGULHAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	20	240
14	(ID - 166309)	65155910033	SERINGA HIPODERMICA PADRONIZADA, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ESTERIL, TIPO BICO: CENTRAL LUER LOCK, CAPACIDADE: 3 ML, GRADUACAO MAXIMA: NUMERADA NORMAS ABNT, EMBOLO: ROLHA EM BORRACHA, SILICONIZADO, LUBRIFICADO, LIVRE DE LATEX, AGULHA: SEM, MATERIAL PONTA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	1200	14400

V – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Para a qualificação técnica, são solicitados os seguintes documentos:

a) Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário da empresa, nas seguintes hipóteses de acordo com a RDC 153/17 e IN 16/2017:

- Licença de Funcionamento Sanitário LFS, emitida pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação;

- O Cadastro Sanitário poderá ser apresentado no lugar da Licença de Funcionamento Sanitário, desde que sejam juntados pela empresa participante os atos normativos que autorizam a substituição;

- Para fins de comprovação da Licença de Funcionamento Sanitário LFS ou Cadastro Sanitário poderá ser aceita a publicação do ato no Diário Oficial pertinente;

- A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados e Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

- A empresa isenta de Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário deverá comprovar essa isenção.

b) Atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado do ramo hospitalar de saúde, que comprove experiência prévia para o objeto a ser contratado; o atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa; a empresa deverá comprovar da experiência prévia considerará um percentual de no mínimo de 5% (cinco por cento) de fornecimento de material médico hospitalar, conforme enunciado n.º 39 - PGE;

c) Registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme Lei n.º 5.991/1973, Lei n.º 6.360/1976, Decreto n.º 8.077 de 2013, Lei Federal n.º 12.401/2011, dos reagentes e equipamentos, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

- Cópia do registro do Ministério da Saúde Publicado no D.O.U, grifado o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio oficial da Agência de Vigilância Sanitária; ou

- Protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.

- Para os produtos isentos de registro na ANVISA, a empresa participante deverá comprovar essa isenção através de:

Ø Documento ou informe do site da ANVISA, informando que o insumo é isento de registro; ou

Ø Resolução da Diretoria Colegiada – RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

2. A solicitação do ACT tem por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se a empresa possui capacidade para desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto.

VI – CATÁLOGO PARA AVALIAÇÃO

1. A(s) empresa(s) vencedor(as) deverá(ão) fornecer catálogo do fabricante dos insumos com a descrição para análise técnica, junto aos documentos de habilitação.
2. O catálogo para análise técnica deverá ser entregue no seguinte endereço:
FUNDAÇÃO SAÚDE – Rua Barão de Itapagipe, 225/Bloco A/7º andar – Rio Comprido - Rio de Janeiro/RJ.
3. A pedido, o catálogo poderá ser encaminhado pelo e-mail licitacao@fs.rj.ov.br
4. A unidade terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrega do catálogo, para análise do mesmo;
5. Critérios para avaliação do catálogo: na avaliação do catalogo será verificado se a descrição técnica do produto corresponde à exigência do Termo de Referência.
6. A avaliação do catálogo será realizada pela equipe técnica das Unidades.
7. Justificativa para exigência do catálogo: a apresentação do catálogo é necessária para análise das especificações dos produtos ofertados.
8. Caso seja necessário, a empresa participante vencedora deverá fornecer amostras no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após a solicitação da Fundação de Saúde.
9. O quadro abaixo define o quantitativo de amostras que deverá ser apresentado, sendo aquele que permite que a análise forneça resultados que tenham confiabilidade:

Quantitativo de amostras para análise:

ITEM	ID	CÓDIGO SIGA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO DE AMOSTRA
1	(ID – 189312)	65155900011	UN	1
2	(ID - 185582)	65172710009	UN	1
3	(ID - 185479)	65320060130	UN	1
4	(ID - 185480)	65320060131	UN	1
5	(ID - 185481)	65320060132	UN	1
6	(ID - 185482)	65320060133	UN	1
7	(ID - 185483)	65320060134	UN	1
8	(ID - 189311)	65155900010	UN	1
9	(ID - 167687)	65155910044	UN	1
10	(ID - 153264)	65155760001	UN	1
11	(ID - 150163)	65154150031	UN	1
12	(ID - 187452)	65150360007	UN	1
13	(ID - 185971)	65154560002	UN	1
14	(ID - 166309)	65155910033	UN	1

10. As amostras solicitadas para avaliação deverão ser entregues no seguinte endereço:
11. FSERJ- Rua Barão de Itapagipe, 225/Bloco A/7º andar – Rio Comprido - Rio de Janeiro/RJ.
- Horário de entrega: segunda a sexta-feira de 8 às 16 h
12. A entrega de amostras para avaliação deverá ser precedida de agendamento por e-mail com os setores:
- FS: licitações: licitacao@fs.rj.gov.br
13. A validade das amostras a serem entregues deve ser de, no mínimo, 01 (um) mês.
14. A Unidade terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega do produto, para elaboração do parecer técnico. Este prazo contempla os processos de análise e, se necessária, reanálise do material.

15. A avaliação da amostra será realizada pela equipe técnica da Unidade sob orientação e supervisão da Direção da Unidade.

16. **Justificativa da necessidade de avaliação de amostras:** A avaliação/validação é importante considerando que os insumos são utilizados para realização de procedimentos médicos que colocam em risco a segurança dos profissionais e pacientes. Um defeito ou mal funcionamento no produto ou não atendimento das especificações técnicas pode comprometer a manutenção destas vidas.

17. **Crítérios de julgamento das amostras:** Os critérios para avaliação do produto serão definidos pela Direção da Unidade que irá emitir laudo aprovando ou não o produto.

- O processo de validação/avaliação da amostra poderá ser acompanhado in loco por assessor técnico da empresa;
- No momento oportuno haverá a divulgação do dia, hora e local em que as amostras, as provas de conceito ou os objetos a serem submetidos a exame de conformidade estarão disponíveis para inspeção dos interessados
- As amostras a serem submetidas a validação/avaliação em depósito nos órgãos e entidades estaduais serão considerados como coisas abandonadas, com perda da propriedade caso não haja interesse dos licitantes em sua retirada e poderão ser incorporados ao patrimônio do Estado ou formalmente descartados.

VII - QUANTO AS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

1. O (s) insumo (s) do objeto deste termo será (ão) recebido (s), desde que:

- a) A quantidade esteja de acordo com a solicitada na Nota de Empenho;
- b) A especificação esteja em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência;
- c) Possuam, no ato da entrega, validade igual ou superior a 85% do seu período total de validade, conforme Resolução SES nº 1342/2016; caso a validade seja inferior ao que está aqui estabelecido, a empresa deverá se comprometer formalmente, por meio de carta, a efetuar a troca dos insumos que venham ter a sua validade expirada, sem qualquer ônus para a Administração;
- d) A embalagem deve estar inviolada de forma a permitir o correto armazenamento;
- e) A validade e o lote devem estar visíveis na embalagem do (s) insumo (s).

VIII – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O prazo para início do fornecimento será no máximo de até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato.

2. Das Entregas:

a) As entregas serão parceladas, de acordo com a demanda da Unidade e deverão ocorrer no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho;

3. Do local e horário das entregas:

- Endereço: HEMORIO - Rua. Frei Caneca, 8 - Centro, Rio de Janeiro - RJ
- Horário: De segunda a sexta-feira, das 08 às 16h.

IX - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Considerando o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 20 do Decreto nº 48.843, de 13 de dezembro de 2023, o prazo de vigência da ARP deverá ser de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, mantido seu saldo remanescente, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos.

Enquadramento:

Considerando a necessidade de a entrega ser parcelada devido aos consumos flutuantes da unidade, observando o Art. 3º, inciso II do Decreto 48.843/2023, que fala quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas. Sendo assim a aquisição se enquadrará na INSTRUÇÃO POR REGISTRO DE PREÇOS.

X – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:

1. Entregar os itens nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos; qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;
2. Entregar o produto com cópia do empenho e com informação na Nota Fiscal de lote e validade, de acordo com a Resolução da Secretaria de Saúde nº 1342/2016;
3. Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo (s); a contratada deverá substituir, em qualquer época, o produto, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado ou qualquer não conformidade, mediante a apresentação do produto defeituoso ou proceder o ressarcimento do mesmo, não acarretando ônus para a CONTRATANTE; o prazo para a referida substituição deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação feita pela Administração;
4. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições

estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade; os bens poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Formulário e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5. Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada à CONTRATANTE;

6. Fornecer certificado de lote emitido pelo fabricante do produto;

7. Apresentar carta de compromisso, se responsabilizando pela troca do item, caso o mesmo não possua a validade exigida no **item VII** deste TR;

8. Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas ao seu conhecimento pela CONTRATANTE;

9. Prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato.

10. Assumir diretamente a obrigação de cumprir o objeto deste instrumento, não realizando a subcontratação, bem como não o executar através de terceiros.

XI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Notificar por escrito a CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providência para a sua regularização;

2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições e prazos especificados e ora acordados, considerando a quantidade e o valor dos itens efetivamente fornecidos;

4. A Fundação de Saúde indicará uma comissão para gestão e fiscalização da contratação, conforme regramento definido no Decreto Estadual nº. 48.817 de 24 de novembro de 2023.

XII – MAPA DE RISCOS

O mapa de riscos é apresentado abaixo:

RISCO 01			
LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA			
PROBABILIDADE	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input checked="" type="checkbox"/> ALTA
ORIGEM	<input checked="" type="checkbox"/> INTERNA	<input type="checkbox"/> EXTERNA	
DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA	<input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	<input type="checkbox"/> ESCOPO	<input type="checkbox"/> CUSTOS	<input checked="" type="checkbox"/> TEMPO
FASE IMPACTADA	<input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA	<input checked="" type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR	<input type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
A INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PODERÁ OCASIONAR COMPROMETIMENTO NA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS			
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA CONTENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DE FORMA PRECISA, SUFICIENTE E CLARA, VEDADAS AS ESPECIFICAÇÕES QUE, POR EXCESSIVAS, IRRELEVANTES OU DESNECESSÁRIAS LIMITEM A COMPETIÇÃO DE FORNECEDORES DIVULGAR AMPLAMENTE A LICITAÇÃO		DIRTACOORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL	
AMPLIAR A DIVULGAÇÃO DO EDITAL CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, CONFORME A RELEVÂNCIA / IMPACTO DA INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO		DIRAFDIRTA	

RISCO 02			
PESQUISA NÃO VANTAJOSA NO CURSO DA VIGÊNCIA DA ARP / CONTRATO			
PROBABILIDADE	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input checked="" type="checkbox"/> ALTA
ORIGEM	<input checked="" type="checkbox"/> INTERNA	<input type="checkbox"/> EXTERNA	
DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA	<input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL	

REPERCUSSÃO	<input type="checkbox"/> ESCOPO	<input checked="" type="checkbox"/> CUSTOS	<input type="checkbox"/> TEMPO
FASE IMPACTADA	<input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA	<input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR	<input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
PREJUÍZO AO ERÁRIO			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS COM ANTECEDÊNCIA PARA ANÁLISE DA VANTAJOSIDADE			PESQUISA
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA			RESPONSÁVEL
NEGOCIAR JUNTO À CONTRATADA, PREÇOS MAIS VANTAJOSOS. NÃO SENDO POSSÍVEL, ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO			CONTRATOSDIRTA

RISCO 03			
EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A ARP / CONTRATO			
PROBABILIDADE	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input checked="" type="checkbox"/> ALTA
ORIGEM	<input type="checkbox"/> INTERNA	<input checked="" type="checkbox"/> EXTERNA	
DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA	<input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> ESCOPO	<input type="checkbox"/> CUSTOS	<input type="checkbox"/> TEMPO
FASE IMPACTADA	<input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA	<input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR	<input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
COMPROMETIMENTO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
NOTIFICAR E SOLICITAR A RESOLUÇÃO IMEDIATA			COMISSÃO FISCALIZADORA
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA			RESPONSÁVEL
APLICAR SANÇÕES PREVISTAS NA ARP/ CONTRATO			CONTRATOS

RISCO 04			
DESINTERESSE DA CONTRATADA NA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO			
PROBABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input checked="" type="checkbox"/> ALTA
ORIGEM	<input type="checkbox"/> INTERNA	<input checked="" type="checkbox"/> EXTERNA	
DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA	<input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> ESCOPO	<input type="checkbox"/> CUSTOS	<input type="checkbox"/> TEMPO
FASE IMPACTADA	<input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA	<input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR	<input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
A INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PODERÁ OCASIONAR DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
INICIAR PROCEDIMENTOS PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 180 DIAS			CONTRATOS
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA			RESPONSÁVEL
INICIAR PROCEDIMENTOS PARA NOVA CONTRATAÇÃO NO CASO DE NEGATIVA DA CONTRATADA PARA PRORROGAÇÃO			DIRTA

XIII - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Em virtude do Art. 7º, inciso V do Decreto 48.816/2023, a fim de nortear o presente processo foram consideradas as quantidades necessárias para atendimento da demanda e os respectivos valores unitários, sendo inferido um custo total estimado conforme consta em documento anexo (82075453).

Sugere-se que o cálculo necessário para estimativas dos preços seja realizado com o rigor metodológico adequado em nova pesquisa de mercado pelo setor competente da Diretoria Administrativa Financeira (DIRAF) da Fundação Saúde, em conformidade à legislação vigente.

XIV – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando a natureza do objeto ora solicitado, o mesmo deverá seguir com a modalidade de licitação padrão – PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇO, de acordo com os termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto 48.843/2023.

XV – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento a ser utilizado será do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

XVI – MODO DE DISPUTA

1. O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

XVII – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

1. Quanto ao consórcio, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações do ramo, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

2. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

3. Entretanto, no caso em tela, verifica-se que eventual formação do tipo para participação na referida licitação poderia causar restrição na concorrência, bem como a manipulação dos preços, prejudicando a economicidade. Assim sendo, caso surja licitante que se sinta prejudicado com a escolha administrativa, poderá impugnar o edital apresentando suas razões específicas à consideração da Administração que, em autotutela, poderá rever sua posição.

4. Desta feita, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio para o caso concreto é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e da moralidade.

XVIII – DO SIGILO DO VALOR ESTIMADO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Visando maior competitividade entre as empresas participantes, o presente processo deverá seguir com acesso sigiloso, omitindo-se o valor estimado da Administração até o término da fase de lances do certame, com base no Art. 13 da Lei nº 14133/2021.

XIX – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Conforme minuta padrão de edital da PGE/RJ (<https://pge.rj.gov.br/entendimentos/>), para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, consoante o caso, os seguintes documentos:

1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomeendedor.gov.br.

4. Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

5. Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

6. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8. Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

9. Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

XX – HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

Conforme SEI 080007/001169/2024, para habilitação econômico financeira são necessários os documentos abaixo:

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.
2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

XXI – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Conforme minuta padrão de edital da PGE/RJ (<https://pge.rj.gov.br/entendimentos/>), para habilitação fiscal, social e trabalhista são necessários os documentos abaixo:

1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
2. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
3. Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital <OU> municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123/2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.
8. Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:
9. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e
10. Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.
11. Regularidade com a Fazenda Estadual <OU> Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:
12. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;
13. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais <OU> municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
15. Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.
16. Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.
17. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.
18. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

XXII – PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado de acordo com a quantidade e o valor dos itens efetivamente fornecidos, condicionados à apresentação das notas fiscais/faturas, as quais deverão ser devidamente atestadas por representantes da Administração.
2. O pagamento poderá ser a vista ou parceladamente, dependendo da forma de cada contratação.
3. A fatura para pagamento deverá ser encaminhada através do SISTEMA SEI.
4. O pagamento somente será autorizado após atesto de recebimento da execução do objeto, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79

5. Satisfeitas as obrigações previstas acima, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.
6. Caso se faça necessária a reapresentação da nota fiscal ou do relatório dos serviços prestados por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
7. A CONTRATADA receberá pelo serviço realizado e os insumos fornecidos o valor correspondente aos preços unitários contratados.

XXIII – DA GARANTIA

1. Exigir-se-á do futuro contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.
2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 05 (cinco por cento) do valor do Contrato.
4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato”.
5. A garantia poderá ser dispensada, e o dispositivo suprimido, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente.

Elaborado por:

Cristina Mansur Zogbi
Gerente de Operações
ID: 5085614-6

Ana Beatriz Giorgio
Coordenadora de Processos e Projetos
ID: 51482452

Rio de Janeiro, 24 setembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cavour Mansur Giorgio, Gerente de Operações**, em 24/09/2024, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Mansur Zogbi, Gerente de Operações**, em 24/09/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **83889393** e o código CRC **839B5A5B**.

Referência: Processo nº SEI-080002/010012/2024

SEI nº 83889393

R. Barão de Itapagipe, 225, - Bairro Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20261-005
Telefone: 3293-3300 - fs.rj.gov.br